

ANTONINHO MARMO TREVISAN



NA VERDADE, TUDO INDICA QUE NO PRÓXIMO ANO ASSISTIREMOS AO COMEÇO DO FIM DA CRISE ECONÔMICA.

de unidades vendidas há 14 anos, em 1979.

O ramo eletroeletrônico não deixou por menos. Cresceu 14% em relação a 1992. As vendas de televisores aumentaram 39%; combinados de mesa, 42%; e videocassete, 35%. A indústria nacional desse setor faturou, em 1993, US\$ 18,5 bilhões e as importações geraram o montante de US\$ 7,4 bilhões, resultando num mercado interno de US\$ 25,9 bilhões. Isso para não falar de outras áreas, como, por exemplo, a da publicidade, cujo crescimento foi de 14% em relação ao ano de 1992.

Notam-se, em vários setores da economia, projeções de continuidade, no que tange a crescimento, para 1994. Entretanto, há um risco, e é importante que ele seja assinalado, de que esse processo não seja sustentável, pois as grandes reformas na área pública ainda não aconteceram. E 1994 será um ano eleitoral cujos embates políticos trarão, como consequência, o atraso na adoção de medidas que realmente moldem um verdadeiro ajuste fiscal. Devido

novembro o número é 21% maior que o do mesmo mês do ano passado e para dezembro está sendo projetada uma arrecadação 12% superior a de dezembro de 1992.

Para 1994, a Receita Federal tem estimado uma meta informal de ganho de 20% sobre a arrecadação de 1993, isto é, 5% a mais do que os 15% estabelecidos no plano FHC2. O governo alega que tal crescimento é fruto, principalmente, do combate à sonegação. Até aí, tudo bem. Acreditamos que realmente haverá, em 1994, um expressivo aumento na arrecadação. Porém, isso não significa solução para a crise econômica, pois pouco adianta, à Nação, elevar a quantia arrecadada quando não se sabe, ao certo, onde e como o dinheiro será gasto. Pior ainda quando se percebe que o montante da arrecadação não está sendo bem administrado.

Na verdade, tudo indica que no próximo ano assistiremos ao começo do fim da crise econômica. Nele, serão lançadas as bases para as grandes reformas na área pública. Entretanto, não será em 1994 que elas surtirão efeito. Uma reforma tribu-

ESTAMOS CERTOS DE QUE, EMBORA POR TANTO TEMPO ADIADA, A MUDANÇA NA ÁREA PÚBLICA É INEXORÁVEL.

a esse adiamento, um tanto forçado politicamente, tudo leva a crer que a inflação permanecerá em patamares altos e se eles caírem será mediante paliativos heterodoxos, que, mais cedo ou mais tarde, farão repicar novamente os índices elevados da carestia.

É verdade que, em 1993, ocorreu um crescimento na arrecadação dos impostos. A previsão, formulada pelo governo, no início deste ano, não foi só cumprida como superada. A arrecadação atingirá cerca de US\$ 47 bilhões. De janeiro a setembro, o aumento real foi de 28%. Em

tária condizente com um país que quer voltar a crescer, de maneira economicamente sustentada, caso seja aprovada na revisão constitucional, terá que respeitar o princípio da anualidade. Portanto, seus resultados começarão a aparecer em 1995.

As privatizações de áreas estratégicas, que certamente irão gerar recursos financeiros, hoje tão escassos no Brasil, como no caso das energéticas e das telecomunicações, deverão ser desenhadas em 1994, mas seus resultados virão a lume apenas no próximo governo. No caso da área petrolífera, mesmo

JORNAL DA TARDE

se na revisão constitucional não for aprovada a desestatização da Petrobrás e caso, pelo menos, admita-se o fim do monopólio do petróleo, tal medida também só surtirá efeito em 1995. Mas a sinalização é importante porque desencadeia ações antecipadas de investimentos.

Perduram, contudo, as dificuldades impostas ao capital estrangeiro para participar do processo de privatização. O governo recentemente, mediante medida provisória, aprovou a elevação de 40% para 100% na participação desses capitais nos leilões, reservando o direito de, em casos de interesse da União, limitar essa percentagem. Apesar disso, o capital estrangeiro tem demonstrado interesse na privatização das áreas estratégicas, o que significa ingresso desses recursos estrangeiros em 1995.

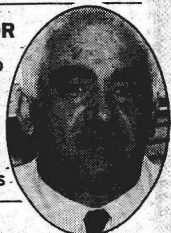
A descentralização administrativa, que implantaria um federalismo coerente no País, depende, também, da revisão constitucional. Nossa Carta Magna garante uma série de vantagens financeiras a Estados e municípios e destina, ao governo central, várias atribuições e contas a pagar que impossibilitam, à União, ficar mais enxuta e cuidar apenas do que é da sua verdadeira natureza, ou seja, de assuntos de âmbito nacional. Difícil acreditar que, num ano eleitoral, essa questão será resolvida com eficácia. Os interesses político-partidários irão se sobrepor aos da Nação. Tudo leva a crer que uma solução para fazer o federalismo no País poderá ser apresentada em 1994, mas seus efeitos serão estratégica e politicamente "jogados" para 1995.

Essas são algumas das reformas tão propaladas porém, até agora, evitadas. O que o governo Itamar tem conseguido, e isso inclui parte considerável dos nossos congressistas, é adiar as mudanças que possibilitarão um melhor gerenciamento da coisa pública. Em 1994 o setor privado ainda carregará, nas costas, o País e apresentará, como aconteceu em 1993, novamente sinais de crescimento.

Por outro lado, será também, o próximo ano, o momento no qual serão acordadas as bases para a verdadeira reforma do Estado. Será a época decisiva para o seu desfecho. Estamos certos de que, embora por tanto tempo adiada, a mudança na área pública é inexorável. Devido à crença na irreversibilidade desse processo de saneamento do Estado brasileiro é que os investimentos, no setor privado, continuaram e continuarão a acontecer.

O AUTOR

Antoninho Marmo Trevisan é presidente da Trevisan Auditores e Consultores.



O setor privado brasileiro experimentou, nos últimos dois anos, a mais notável revolução de que se tem notícias no seu recente processo de industrialização. Quebrou o velho paradigma de que o preço é resultado da soma dos custos mais a margem de lucro. Passou a operar no modelo de economia competitiva onde o custo é apenas o resultado da diferença entre o preço e o lucro. O preço é o mercado quem dita, não mais o fabricante ou o comerciante. O lucro é o investidor quem estabelece. Logo o custo é apenas aquilo que o consumidor enxerga, quer e valoriza; somente aquilo que agrega valor e gera benefício pode ser aceito como custo. No limite dos custos estão o mercado e a concorrência.

Daí decorre a curiosa situação onde o setor privado melhora a cada dia o seu padrão de qualidade, enquanto o setor público multiplica a sua incapacidade de gerenciar o dinheiro e o patrimônio do cidadão. Brasília custa cada dia mais caro, a ponto de atingir a escandalosa carga tributária instalada de 53% do Produto Interno Bruto (PIB). De longe, a maior do mundo.

Mas a vitalidade da economia nacional é tão estupefata que, sob a ótica de 1993, no ano de 1994 poderemos colher sinais ainda mais positivos. Mesmo remando contra a maré, o setor produtivo do País tem obtido bons resultados. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentará, em 1993, um crescimento de 4,5% e este número deverá se repetir no próximo ano. Além disso, nossas empresas têm assinalado ganhos de qualidade da ordem de 15% a 22%, porcentagens expressivas até mesmo se tomarmos, como parâmetro, os padrões internacionais.

Só para se ter uma idéia, apesar dos 2.600% de inflação registrados neste ano, a indústria automobilística apresentou um crescimento expressivo em relação ao ano anterior: 46% de automóveis de passeio e comerciais leves; 46% de caminhões; 67% de tratores e máquinas. De janeiro a novembro de 1993, a indústria fabricou 1,280 milhão de veículos e quebrou o recorde nacional de produção, que durava desde 1980, com 1,165 milhão de unidades. Em dezembro, os números têm registrado mais 100 mil unidades, fechando, assim, o ano com 1,380 milhão de veículos, significando um crescimento de 28% sobre 1992.

Outro recorde histórico está para ser batido, agora em dezembro, no setor automobilístico: o das vendas no mercado interno. Até novembro, o acumulado registrou 971 mil unidades e a previsão é encerrar o ano com 1,050 milhão de veículos, superando o total de 1,015 milhão